



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Informação n.º 19/2026-ULic

Porto Alegre, 27 de janeiro de 2026.

**Ref.:** Pregão Eletrônico n.º 01/2026 – PGEA n.º 00589.000.993/2024  
Esclarecimento n.º 7 - **Objeto:** Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de motorista e atividades auxiliares, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos.

Prezados(as) Senhores(as):

Com relação ao certame em destaque, verificamos a existência de minuta modelo - Anexo I-E – MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGIME TRIBUTÁRIO, prevista no item 8.19.4."d" do edital:

**8.19.4.** *A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá, sob pena de desclassificação, encaminhar sua proposta de preços, conforme o modelo constante do **Anexo II – Formulário de Proposta de Preços** deste Edital, já adequada aos valores resultantes da disputa e/ou da negociação, acompanhada da seguinte documentação complementar:*

**a) Planilha do Anexo II – Modelo de Proposta de Preços** deste Edital, **em formato Excel**, devidamente preenchida e adequada a sua última oferta registrada no sistema eletrônico;

**b) TODAS AS PLANILHAS DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS**, conforme os modelos disponibilizados, bem como as planilhas de uniformes, equipamentos, materiais e horas extras, previstos no objeto deste instrumento convocatório, devidamente preenchidas, **em formato Excel**, contendo as fórmulas individualizadas por item, de acordo com a proposta final registrada no sistema eletrônico;

**c) Documentos idôneos que comprovem o regime de tributação, o Fator Acidentário de Prevenção – FAP – e o Índice de Riscos Ambientais do Trabalho – RAT da empresa; e**

**d) Declaração de regime tributário conforme anexo 1-E deste Termo de Referência**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

O formulário está sendo publicado com esta informação, o que não prejudica a elaboração da proposta, pois deve ser apresentado apenas pela licitante melhor classificada, juntamente com os documentos da proposta final, após a disputa de preços.

Portanto a minuta do documento não interfere na formulação da proposta inicial, nem compõe o rol de documentos exigidos para a etapa de lances, servindo apenas como referência para a fase subsequente do certame.

Ressalta-se, ainda, que se trata exclusivamente de um modelo, não sendo exigida a sua apresentação em exato teor. Caso remanesçam dúvidas quanto às informações prestadas pela licitante, especialmente no que se refere ao regime tributário, o Pregoeiro poderá, oportunamente, solicitar a respectiva comprovação, nos termos do edital.

Era o que havia a informar.

Cientifique-se as empresas interessadas e disponibilize-se o teor no portal do MPRS, Pregão Online Banrisul e LicitaCon.

Atenciosamente,

*Leila Denise Bottega Ruschel,*  
Pregoeira.